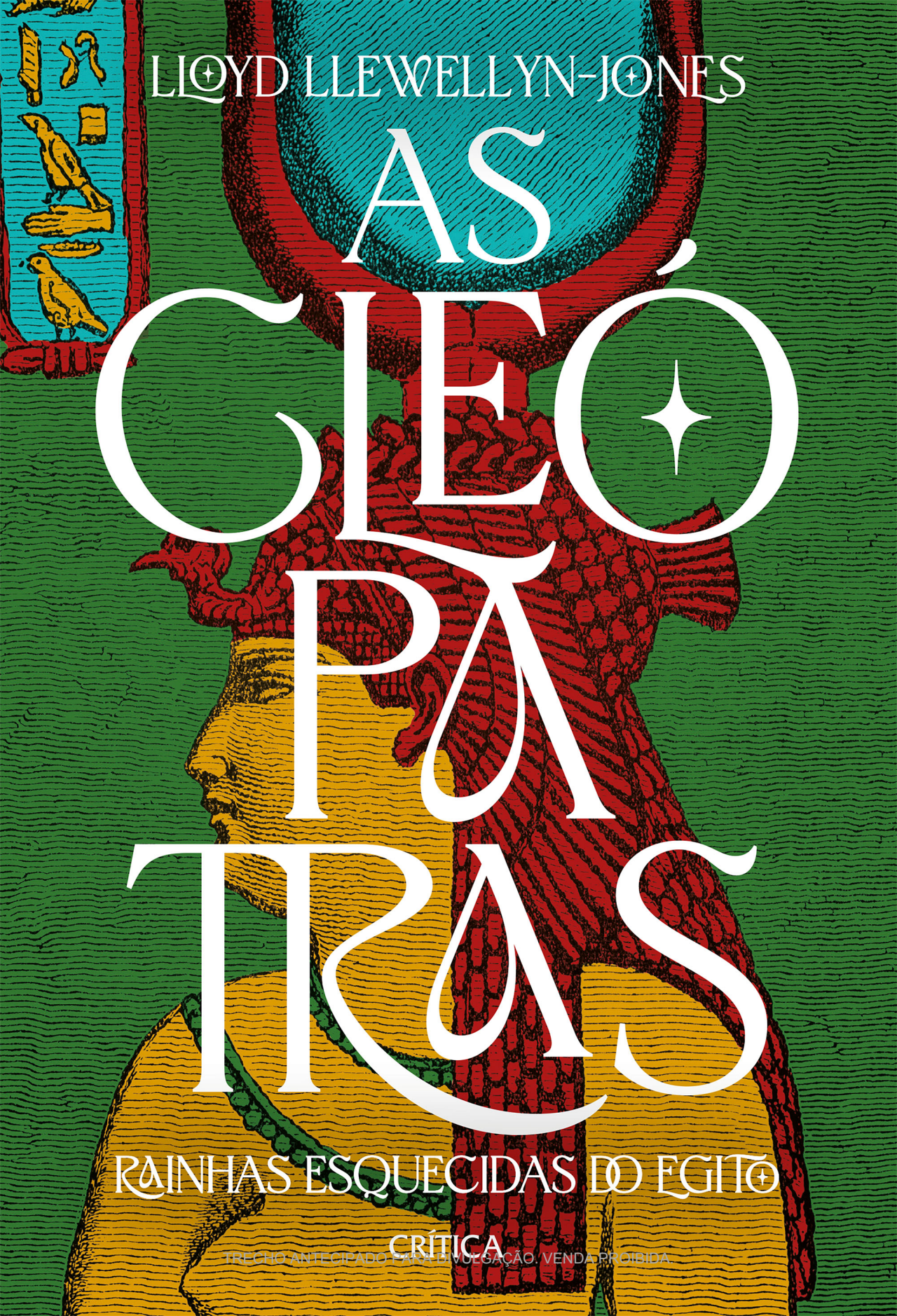




LLOYD LLEWELLYN-JONES

AS CLEÓ PATRAS

RAINHAS ESQUECIDAS DO EGITO

CRÍTICA

TRECHO ANTECIPADO POR EMOÇÃO. VENDA PROIBIDA.

LIQYD LLEWELLYN-JONES

AS GLEÓ PA TRAS

RAINHAS ESQUECIDAS DO EGITO

Tradução

Cássia da Rosa e Oliveira

Revisão técnica

Érika Maynart

CRÍTICA

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Lloyd Llewellyn-Jones, 2024
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2026
Copyright da tradução © Cássia da Rosa e Oliveira, 2026
Todos os direitos reservados.
Título original: *The Cleopatras: The Forgotten Queens of Egypt*

Preparação: Lígia Alves
Revisão: Bonie Santos e Mariana Gomes
Diagramação: Negrito Produção Editorial
Capa: Anderson Junqueira
Imagem de capa: De Luan / Alamy / Fotoarena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Llewellyn-Jones, Lloyd
As Cleópatras : rainhas esquecidas do Egito / Lloyd Llewellyn-Jones ; tradução
Cássia da Rosa e Oliveira. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2026.
368, [16] p. : il., color

Bibliografia
ISBN 978-85-422-3959-1
Título original: The Cleopatras

1. Egito – História antiga I. Título II. Oliveira, Cássia da Rosa e

25-4979

CDD 932.020922

Índice para catálogo sistemático:

1. Egito – História antiga

Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2026
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP – CEP 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

SUMÁRIO

<i>Lista de ilustrações</i>	11
<i>Os nomes dos Ptolomeus e das Cleópatras</i>	13
<i>Os selêucidas e as Cleópatras</i>	15
<i>Árvore genealógica dos Ptolomeus e dos selêucidas</i>	16
<i>Mapas</i>	17
<i>Introdução</i>	21

PARTE I: PRINCÍPIO

1. A noiva vendida	33
2. Uma estrangeira em uma terra desconhecida	51
3. Visão dobrada	71
4. Um pequeno apocalipse	93
5. É preciso uma mulher	109
6. Carne da minha carne	123
7. Irmãos (e irmãs) de armas	137

PARTE II: EXPANDINDO HORIZONTES

8. Chá de panela	163
9. Morte no Nilo	173
10. A terceira é de vez	195
11. “Ah, que teia emaranhada tecemos”	203

12. “ <i>Après moi, le déluge</i> ”	221
13. A morte lhe cai bem	245

PARTE III: DECLÍNIO FINAL

14. À espera de que o mundo mude	257
15. A flauta mágica.	269
16. Guerras (in)civis.	281
17. Filhos e amantes.	293
18. A história acaba aqui	307

<i>Epílogo</i>	325
----------------------	-----

<i>Material complementar</i>	335
------------------------------------	-----

<i>Bibliografia</i>	353
---------------------------	-----

<i>Agradecimentos</i>	365
-----------------------------	-----

A NOIVA VENDIDA

A primeira das Cleópatras foi uma mulher conhecida por muitos de seus contemporâneos como Cleópatra Syra, “a Síria”. A história das Cleópatras começa não no Egito dos Ptolomeus, e sim mais a leste, no império dos selêucidas – nome dinástico dado aos monarcas falantes do grego de um império que incorporou o que hoje são a Síria, o Líbano, a Palestina e Israel, a Jordânia, a Armênia, o Kuwait, o Iraque, o Azerbaijão e partes do leste da Turquia, bem como, em dados momentos, parte significativa do Irã e até mesmo do Afeganistão. Qual terá sido a experiência de vida de Cleópatra Syra ao crescer sabendo que, como menina, seu berço e sua posição social inevitavelmente a levariam, um dia, a se casar com algum rei, príncipe ou comandante? Para compor uma imagem de Cleópatra Syra conforme amadurecia e se aproximava da idade de se casar, é preciso situá-la no contexto dinástico da época, pois só então poderemos apreciar o importante valor político que essa princesa selêucida adquiriu durante sua juventude e incorporou na época de sua maturidade sexual. É preciso explorar o mundo em que Cleópatra Syra foi criada.

*

Cleópatra Syra nasceu em Antióquia ou em seus arredores, na Síria, entre 209 e 204 A.E.C., a balança pendendo um pouco para o lado da data mais recente. Era filha de um formidável rei guerreiro, Antíoco III, conhecido mesmo em vida como Antíoco Magno, “o Grande” –

o último descendente da dinastia selêucida, dos herdeiros de Alexandre, o Grande. Quando da morte prematura de Alexandre, em 323 A.E.C., seu imenso e frágil império foi partilhado entre seus parentes sanguíneos e seus generais mais poderosos (conhecidos por *diadochoi*, os “sucessores”), o que acabou por dar origem a três grandes reinos que dominavam o mundo helenístico: o da Macedônia, governado pelos monarcas antigônidas; o do Egito, sob o comando dos Ptolomeus; e o da Síria, do Levante e da Mesopotâmia (às vezes chamado de Ásia), dirigido pelos selêucidas.

A mãe de Cleópatra Syra era tão renomada quanto o pai. Laódice, terceira rainha selêucida a receber esse nome, foi uma princesa do Reino do Ponto, no mar Negro, e prima em primeiro grau de Antíoco; ela provou ser uma boa esposa e rainha influente. Cleópatra tinha seis irmãos e irmãs, todos da prole de Laódice. Eram três irmãos: Antíoco, o Jovem; Seleuco (IV); e Antíoco (IV); além de uma irmã mais velha, Laódice (IV), uma mais nova, Antióquida, e ainda outra cujo nome não foi preservado. A família era unida e acolhedora, ainda que Antíoco e Laódice não fossem pais indulgentes e seus filhos fossem criados por amas e outros servos, a certa distância. Os sete, entretanto, com frequência acompanhavam o rei Antíoco em suas campanhas bélicas, habitando tendas erguidas bem longe do campo de batalha; era o que se esperava da realeza helenística. Mesmo durante os raros períodos de paz, o rei se deslocava pelo reino e mantinha um estilo de vida freneticamente peripatético que o conduzia – junto à família – de palácio em palácio, de guarnição em guarnição.

O grande império governado por Antíoco III entre 323 e 187 A.E.C. tinha sido estabelecido ao longo de muitas décadas por sucessivos reis selêucidas, e era a porção mais populosa do mundo helenístico, contando, segundo uma estimativa recente, cerca de 15 milhões de habitantes e em torno de 4 milhões de quilômetros quadrados de extensão. Seu venerado tataravô havia sido um dos sucessores de Alexandre, o Grande, um oficial de cavalaria competente e ambicioso de nome Seleuco (daí o nome da família), cujos carisma e brutalidade o ajudaram a forjar vitórias territoriais no ano que se seguiu à morte do grande Alexandre. Depois de construir seu império ao longo de muitas décadas, Seleuco e seus sucessores empreenderam um ambicioso

programa urbanístico, especialmente na Síria, que, para todos os fins e propósitos, seria o “lar” do império. Entre esses sítios urbanos estavam a elegante cidade de Antióquia-no-Orontes, às margens do rio Orontes (essa se tornou a principal residência real de todos os sucessivos monarcas selêucidas), a cidade de guarnição de Apameia e as belas cidades do litoral mediterrâneo Selêucia Piéria, Akke e Laodiceia marítima, cidade portuária. Na Mesopotâmia, surgiu Selêucia-no-Tigre e Lisimáquia foi construída para facilitar o controle da Trácia (onde atualmente ficam a Bulgária e partes da Grécia e da Turquia), que Antíoco III havia anexado em 196 A.E.C. Sítios urbanos mais antigos e bem estabelecidos, como Sárdis e Éfeso, na Ásia Menor, Susa, na Pérsia, e Antióquia, na costa mediterrânea, também se tornaram importantes centros regionais para o reino. Muitos séculos depois da queda dos reinos helenísticos, Libânio de Antióquia, de uma perspectiva local singularmente partidária, tratou liricamente a alegria de viver sob o domínio dos selêucidas:

E assim os homens da época [...] viviam alegres entre os bárbaros, originando uma cidade [Antióquia-no-Orontes] que era uma verdadeira Hélade e mantendo puro seu modo de vida em meio a tanta corrupção por todos os lados [...]. [Seleuco I] plantou tantas cidades na terra que estas bastavam para carregar os nomes das cidades da Macedônia e também os dos membros de sua família [...]. Pode-se ir à Fenícia e lá ver suas cidades, e pode-se vir à Síria e ver ainda mais delas, e maiores. Ele estendeu sua admirável obra até o Eufrates e o Tigre, e, cercando de cidades a Babilônia, plantou-as em toda parte, até mesmo na Pérsia; em suma, não deixou descoberto nenhum lugar propício para uma cidade, mas, em seu empenho em expandir a civilização helênica, pôs fim ao mundo bárbaro.¹

O Império Selêucida era, essencialmente, um conglomerado de diversos povos e terras que estavam, por acaso, sob o governo de um rei falante de grego. Não havia, na verdade, maneira de descrever o império que não passasse pela pessoa de seu soberano; assim, quando os

1 Todas as citações ao longo deste livro foram traduzidas diretamente do inglês, com exceção daquelas que forem indicadas em nota. (N.T.)

romanos queriam legitimar um tratado com Antíoco III, os documentos se referiam simplesmente a “Antíoco e aqueles sob seu comando”.

A monarquia selêucida era, antes de tudo, militar. Em outras palavras, seu sucesso dependia da identificação do rei como líder de guerra e das habilidades marciais de seu séquito, cuja coesão era garantida pelo interesse comum em manter o controle de um império que lhes conferia riqueza e status. A máquina bélica de Antíoco era a mais poderosa do mundo. Ele liderava 120 mil soldados e marinheiros, e em seus estábulos em Apameia havia 30 mil éguas, 30 mil garanhões e centenas de elefantes indianos, todos treinados para a batalha. Sobre os avanços militares de Antíoco no Leste, em 212-205 A.E.C., o historiador grego Políbio comentou: “Era essa campanha que o fazia parecer digno da realeza não apenas para os povos da Ásia, mas também para aqueles que havia na Europa”. A vitória dava ao monarca o direito de posse sobre territórios e povos, uma vez que o império era “território conquistado pela lança” – um conceito a que os selêucidas recorriam posteriormente para justificar seu mando.

Aonde quer que Antíoco fosse, tanto em tempos de paz como de guerra, seu exército o acompanhava. Ele era um homem rígido, ativo e dinâmico, e também de múltiplas contradições: nascera soldado e era um excelente político; ele foi, em suma, o rei mais importante de sua geração. Foi uma combinação de ambição cega e total autoconfiança que o compeliu, em 217 A.E.C., a conduzir cerca de 70 mil de seus guerreiros e cem de seus elefantes de guerra indianos até a fronteira com o Egito. Seu propósito era tomar o Egito – ou ao menos desestabilizar e alarmar o rei Ptolomeu IV, lembrando-o da ameaça tangível que os selêucidas sempre representaram para a hegemonia ptolomaica. Quando Cleópatra Syra nasceu, quatro gerações de selêucidas e Ptolomeus já haviam travado incontáveis guerras com o fim de estabelecer a supremacia dinástica do leste do Mediterrâneo.

Havia hostilidade entre os reis selêucidas e os Ptolomeus desde a época da morte de Alexandre, o Grande, quando Seleuco e seu antigo companheiro de batalha, o general Ptolomeu, se envolveram na brutal disputa pelo poder que se instaurou assim que Alexandre deu seu último suspiro. A rivalidade continuou em cada uma das gerações de governantes, sem dar sinal de ter fim. O Império Ptolomaico atingira seu

apogeu no reinado de Ptolomeu III Evérgeta (246-222 A.E.C.), cujo poder por um curto período irradiou do Egito, alcançando (os territórios que atualmente são) a Líbia, Israel e a Palestina, a Jordânia, o Líbano, a Síria, o Chipre, partes da Turquia, o Peloponeso (na Grécia) e uma série de ilhas do Egeu. Na época de Ptolomeu III, o domínio selêucida encolheu conforme seus territórios eram conquistados pelo Egito. Com efeito, Ptolomeu III conseguiu tomar todas as terras selêucidas a oeste do rio Eufrates. Políbio mais tarde relataria:

A esfera de controle [ptolomaica] englobava os dinastas da Ásia, bem como das ilhas, uma vez que eram eles os senhores das cidades, fortalezas e portos mais importantes ao longo de toda a costa de Panfília até o Helesponto e a região de Lisímaco. Eles vigiavam atentamente os acontecimentos da Trácia e da Macedônia [...] e de cidades ainda mais distantes, e, assim, tendo estendido tanto seu alcance e se protegidos a distância com esses reis clientes, nunca chegaram a se preocupar com a segurança do Egito. Era por isso que dedicavam tanta atenção a assuntos externos, e com razão.

A descrição de Políbio sobre o poder ultramarino dos Ptolomeus parece coerente, mas, nas entrelinhas, revela diversos motivos de preocupação: o “império” deles não tinha as fronteiras definidas, tampouco contava com uma administração imperial coesa. Na realidade, o “império” ptolomaico era um mero enfileirado de bases militares e navais, alianças, protetorados, facções amigas e indivíduos “leais”, com frequência comprados com ouro da Núbia (atual Etiópia), que formavam uma rede de elos por meio dos quais os Ptolomeus podiam exercer o controle. Mas os selêucidas, a leste, e os macedônios, a norte, continuavam firmes no controle das próprias terras e, em ampla medida, prevaleciam sobre os Ptolomeus. Em fins do século III A.E.C., a autoridade ptolomaica sobre o Egeu e a Ásia Menor já enfraquecia. O mesmo padrão se observava na região da Síria e da Palestina. Essa porção do Levante, com seus ricos centros de comércio ao longo do litoral fenício (atual Líbano) e centros de comércio interno como a cidade nabateia de Petra (na atual Jordânia), tinha sido conquistada e governada por Ptolomeu I Sóter em 320-315 A.E.C. A determinação dos selêucidas, no

entanto, a manter seu controle sobre esse rico território o transformou em terra fértil para a guerra, geração após geração. A região conhecida como Celessíria (“Síria Vazia”), com extensão de uma centena e meia de quilômetros de vale verdejante que divide a cordilheira entre o Líbano e o Antilíbano (atual vale do Beca), era o centro do teatro de guerra entre os selêucidas e os Ptolomeus, e não menos que seis campanhas (as “Guerras Sírias”) se desenrolaram ali entre 274 e 168 A.E.C.

Em 219 A.E.C., Antíoco III conseguiu repelir as forças ptolomaias que haviam tomado e transformado em guarnição egípcia a Celessíria e a rica cidade de Selêucia Piéria, pouco a norte do estuário do rio Orontes (na porção sudeste do que hoje é o litoral turco do mar Egeu); desfrutou, assim, de uma vitória contra o rei egípcio Ptolomeu IV. Entretanto, no início da primavera de 217, Ptolomeu IV contra-atacou. Conduziu suas tropas para fora de Alexandria – acompanhado da esposa-irmã, Arsínoe III – e com elas marchou para Ráfia, uma cidade no planalto costeiro de Gaza (a Rafa da atualidade ainda serve como posto de controle entre a Gaza palestina e o Egito). Antes de deixar Alexandria, a rainha havia cortado uma mecha do próprio cabelo, dedicando-a à deusa Ártemis na esperança de garantir o sucesso na batalha; para surpresa de todos, funcionou, e os egípcios emergiram vitoriosos.

A inesperada vitória de Ptolomeu IV contra Antíoco III na batalha de Ráfia significou, para os egípcios, recuperar a rica Celessíria (no sul da Anatólia, na atual Turquia) e mais uma vez submetê-la à administração egípcia. O retorno do rei e da rainha a Alexandria foi celebrado com uma procissão triunfal, e o exército vitorioso foi recompensado com 300 mil peças de ouro. Em Mênfis, antiga capital do Egito faraônico, próxima ao Cairo atual, os sacerdotes se reuniram em um sínodo e produziram um decreto multilíngue (datado de 15 de novembro de 217 A.E.C.) exaltando a proeza militar de Ptolomeu IV. Conhecida como Estela de Ráfia, a cópia em pedra mais bem preservada do documento retrata Ptolomeu IV duas vezes: uma, em vestes de faraó, mas montado a cavalo como um lanceiro macedônio, e outra, na tradicional pose faraônica de vitória, suspendendo uma cimitarra acima da cabeça de Antíoco, capturado e amarrado de joelhos diante do faraó – assim representado apesar de nunca ter sido de fato prisioneiro de Ptolomeu.

Observando a cena, vestida com os trajes da deusa Hathor e segurando um cetro, está Arsínoe III, “heroína da batalha de Ráfia”. O texto do decreto segue o modelo das tradicionais narrativas de batalha egípcias, em que a derrota do inimigo é absoluta:

O rei Ptolomeu [...] acuou Antíoco de tal modo que este foi forçado a jogar longe seu diadema e sua capa real. Ele fugiu com sua guarda real e foram poucos os que permaneceram a seu lado depois da derrota triste e lastimável [...] Ele viu os melhores dentre seus companheiros perecerem amargamente. Sofreram com fome e sede. Tudo o que ele deixou para trás foi apropriado como espólio. Foi só com grande esforço que ele chegou ao lar e sofreu um amargo pesar.

Antíoco III surpreendentemente emergiu da derrota com vigor renovado. Recuperou-se muito depressa de suas perdas em Ráfia, e, entre 216 e 205 A.E.C., seus espetaculares sucessos militares contra Aqueu, na Mesopotâmia e no oeste do Irã, mudaram a história do poderio selêucida e fizeram de Antíoco o maior rei do período helenístico. Os egípcios não teriam como saber, mas a batalha de Ráfia seria a última ocasião em que um rei Ptolomeu lideraria fisicamente suas tropas em um conflito. Ptolomeu IV se contentou em retornar a Alexandria e dar continuidade a seu estilo de vida indolente, e tentou a todo custo evitar novos conflitos com os selêucidas.

*

Não se sabe se Cleópatra Syra estava a par das guerras, conquistas, dos triunfos e horrores do pai; as fontes não se manifestam sobre sua infância e seus anos formativos enquanto princesa selêucida. Pode-se supor, no entanto, que tenha sido criada entre seus irmãos e irmãs em uma série de palácios ou tendas dispersos por todo o reino de seu pai, desfrutando de relativo luxo e tanto da oportunidade como do tempo para se dedicar aos estudos e ao lazer. A juventude de uma princesa antes do matrimônio não raro era uma época feliz, senão *a mais* feliz, de sua vida. A mocidade despreocupada é um tema apreciado pela famosa poeta grega Safo, cujos versos descrevem donzelas passando juntas dias felizes de trançar coroas de flores, enfeitar-se com guirlandas, ungir-se

de óleos perfumados, visitar bosques e lugares sagrados, dançar e tocar música. Presume-se que Cleópatra Syra e as irmãs tenham vivido algo semelhante a essa meninice feliz, ainda que breve. Sem dúvida, o estilo de vida de Cleópatra Syra antes de se casar era profundamente distinto do que foi após o casamento, quando o peso das expectativas em relação a sua fecundidade se abateu sobre ela. Segundo a perspectiva ortodoxa da época, as princesas que se casassem e se tornassem rainhas deveriam também se tornar mães de numerosos filhos. Elas eram vistas como úteros dinásticos, incubadoras reais para sucessores régios, e era a fertilidade – não o intelecto, os atos de caridade ou mesmo a aptidão diplomática – que determinava seu sucesso ou fracasso. Dada a relevância da maternidade, não ter filhos – ou, o que era quase a mesma coisa, não conseguir ter filhos homens – podia ter consequências desagradáveis para uma rainha, uma vez que, embora não prenunciasse necessariamente o fim da dinastia, a infecundidade de uma rainha podia ocasionar um deslocamento do poder dentro da família. E isso nunca era um bom sinal.

Cleópatra Syra e as irmãs apareceram nos registros históricos no momento em que passaram a ser consideradas úteis para o pai monarca, assim que alcançaram a maioridade. Foi esse o destino das princesas por milênios. A irmã mais velha de Cleópatra, Laódice IV, ganhou proeminência em 193 A.E.C., quando Antíoco III a nomeou suma sacerdotisa do culto estatal dedicado à mãe, Laódice III, na província de Média, no norte do Irã. Três anos antes, por ordem do pai, a princesa havia sido desposada por Antíoco, o Jovem, seu irmão por parte de pai e mãe; era a primeira vez que os selêucidas lançavam mão do casamento incestuoso, uma imitação direta dos Ptolomeus, que vinham praticando essa forma radical de endogamia dinástica desde 276 A.E.C., quando Ptolomeu II Filadelfo se casou com a irmã, também por parte de pai e mãe, Arsínoe II (mais detalhes serão vistos adiante). Antíoco, o Grande, tinha com isso um propósito propagandístico: usava o casamento incestuoso para glorificar sua dinastia. Suas ambições dinásticas agora estavam voltadas para tornar sua linhagem mais rara, e ele decidira que seu filho e herdeiro não diluiria o sangue real misturando-o ao das filhas de reis inferiores. A manobra intensificou a ambição de Antíoco de ser um rei-deus, e seu empenho em prol da deificação se manifestou na organização de um culto real patrocinado pelo Estado.

Registros da Babilônia mostram que, ainda menino, aos 11 ou 12 anos, Antíoco, o Jovem, havia sido promovido pelo pai a “corregente”, mas, agora que atingira a maioridade (cerca de catorze anos mais tarde), o casamento com a irmã Laódice IV tinha por objetivo legitimar ainda mais seu lugar na sucessão do trono. Antíoco, o Jovem, no entanto, morreu logo depois do casamento, em 193 A.E.C., para angústia do pai. Mas não foi esse o fim do casamento entre irmãos na dinastia – na verdade, o luto de Laódice foi encerrado precocemente por seu segundo casamento, com outro irmão, Seleuco IV. Ela lhe deu três filhos – Antíoco (também morto muito cedo), Demétrio I e Laódice V – antes de também ele sofrer uma morte inesperada. O terceiro e último marido de Laódice foi o último filho vivo de Antíoco III, seu irmão Antíoco IV, com quem ela teve ainda outro filho, o futuro Antíoco V. É evidente que Antíoco III via na filha Laódice um objeto transferível que podia usar para divulgar seus maridos-irmãos enquanto herdeiros do trono; cada vez que era passada de um falecido príncipe-irmão ao seguinte, seu valor adquirido aumentava, ao menos nos termos do casamento levirato (um tipo de casamento em que o irmão de um homem morto é obrigado a desposar sua viúva).

Cleópatra Syra devia acompanhar com interesse as guinadas na sorte da irmã, sabendo também que, dado o destino de Laódice – noiva perpétua de um irmão ou de outro –, Antíoco, seu pai, seria obrigado a buscar um marido para ela em outro lugar, fora da família imediata. Ele tentava uma aliança com Filipe V, o inteligente e poderoso rei da Macedônia, e sem dúvida Cleópatra previa que seu futuro seria o trono das terras ancestrais do norte da Grécia. As alianças ainda estavam no ar quando Antíoco, o Grande, se preparava para enfrentar as forças romanas a oeste, e ele usou as filhas como ferramentas para forjar essas alianças, oferecendo-as a regentes na esperança de que estes o apoiassem na luta contra Roma. Assim, Cleópatra Syra viu a irmã Antióquida ser despachada para a Capadócia para se casar com o rei Ariarate IV, e a caçula (anônima) ser enviada para a rica cidade de Pérgamo para se tornar noiva do rei Eumenes II. Antióquida mais tarde seria influente nos assuntos da sucessão da corte capadócia, o que talvez explique o desdém com que Diodoro Sículo a caracterizou como uma “mulher absolutamente inescrupulosa”. Assim eram julgadas as mulheres bem-sucedidas.

Com as irmãs desposadas por diversos potentados helenísticos, o destino de Cleópatra Syra continuava indefinido. Esse cenário mudou em virtude dos eventos ocorridos no Egito no inverno de 205-204 A.E.C. Ptolomeu IV encontrou seu fim: uma morte súbita causada, a julgar pela avaliação de Políbio, pelo excesso de desregramento e de maus conselhos. Deixou assim o reino e a esposa, Arsínoe III, praticamente incapaz de proteger-se e ao filho pequeno, o novo faraó infante Ptolomeu V. Os companheiros de farra e maus conselheiros de Ptolomeu IV, dois bajuladores de nome Sosíbio e Agátocles, fizeram segredo da morte do rei por diversas semanas, enquanto conspiravam contra Arsínoe e tentavam destituí-la. Em fins do verão de 204 A.E.C., a poderosa facção cortesã investiu contra a rainha e articulou sua morte. Com o jovem faraó agora órfão, os dois conselheiros se esforçaram por suprimir qualquer rumor sobre a própria possível má-fé e se colocaram na posição de regentes. Ainda assim, os rumores sobre o assassinato de Arsínoe se alastraram por Alexandria, mas Agátocles, revigorado pelo sucesso, muito depressa mandou também assassinar Sosíbio. Em sua manipulação para ascender ao poder exclusivo, ele despachou muitos dos figurões experientes da corte em missões no exterior ou para províncias do interior e os substituiu por seus próprios capangas amadores. Não demorou até que a insolência e a incompetência de Agátocles suscitassem amplos ressentimento e resistência a seu comando, e, quando os soldados de Alexandre receberam de fonte confiável a informação de que Agátocles planejava matar o jovem rei, ele foi deposto em uma convulsão de violência popular e militar, no final de 203 A.E.C. A revolução, no entanto, não se opôs ao governo ptolomaico; ao contrário, o objetivo era assegurar sua continuidade dinástica por meio da restauração do jovem Ptolomeu ao trono contra um aparente usurpador.

Aproveitando-se do caos no Egito, em 203 A.E.C., Antíoco III se uniu a Filipe V da Macedônia em um pacto secreto contra o jovem Ptolomeu V – o plano era invadir o Egito e repartir as terras ptolomaicas entre os dois. Filipe receberia os enclaves dos Ptolomeus na porção oeste da Ásia Menor, o Helesponto e a Trácia (conseguindo assim estabelecer para si um novo império egeu), ao passo que Antíoco ficaria com o Egito, recuperaria a Celessíria e reverteria a humilhação da

batalha de Ráfia. Assim, em 202 A.E.C., Antíoco tornou a atacar a Celessíria, e logo conquistou Damasco e adentrou a Palestina, com o objetivo de traçar uma reta até Gaza, que imaginou ser o local ideal para enfrentar o contra-ataque egípcio. Os egípcios conseguiram deslocar um exército de 40 mil homens, liderados por um general mercenário de nome Escopas, que marchou para o norte em defesa da Celessíria. Escopas conduziu suas tropas até o âmago da Judeia, destruindo e incendiando em seu caminho cidades e vilarejos que houvessem demonstrado apoio a Antíoco, e então avançou em direção ao norte para a região onde hoje estão as colinas de Golá. Próximo do santuário de Pá em Panium, as tropas de Antíoco massacraram as forças de Escopas e as repeliram de volta para o Egito. Em 198 A.E.C., a Celessíria mais uma vez estava nas mãos de Antíoco, e ele agora se concentrava na invasão do território ptolomaico na Cilícia, na Lícia e na Cária (todas na atual Turquia) com suas forças navais. Os egípcios recorreram ao apoio de Roma. Depois de finalmente se livrarem de seu grande inimigo cartaginês, Aníbal, os próprios romanos já voltavam o olhar para o Leste, com vistas à expansão; dado o apoio que a casa ptolomaica sempre lhe mostrara, Roma se mostrou mais do que disposta a auxiliar os egípcios no momento de dificuldade. Em 197 A.E.C., os exércitos romanos tomaram a Macedônia de assalto, e o lar ancestral de Alexandre, o Grande, bem como o restante da Grécia, caíram perante Roma. Apesar de seu brilhantismo, Filipe V foi derrotado na batalha de Cinocéfalos, e, para desgosto de Antíoco, o rico Eumenes II de Pérgamo, prevendo uma guerra absoluta entre Antíoco e os romanos – e a vitória de Roma –, enviou sua noiva, filha de Antíoco, de volta à Síria, intocada e indesejada. Antíoco ficou estarrecido.

Em outubro ou novembro de 197 A.E.C., em Alexandria, Ptolomeu V, então com 13 anos, era submetido ao antigo ritual grego de *anakleteria*, a “cerimônia da maioridade” – um rito realizado por todos os príncipes helenísticos, celebrado quando os novos regentes assumiam o mando do reino. Como observa Políbio, os cortesãos de Ptolomeu V “acreditavam que o reino ganharia certo grau de firmeza e impulso renovado para a prosperidade caso se soubesse que o rei havia assumido o controle independente do governo”. Ptolomeu V escolheu como epíteto o apropriado título de Epifânio, “o Deus que Faz Sua Aparição”.

Então, em 26 de março de 196 A.E.C., Ptolomeu V Epifânio foi coroado faraó pelo sumo sacerdote de Ptah, na antiga cidade sagrada de Mênfis, e, um dia mais tarde, um sínodo de sacerdotes de todo o Egito que se reunira para a coroação publicou o Decreto de Mênfis e ordenou sua inscrição em pedra. O decreto, uma recomendação dos benefícios de Ptolomeu V para o povo do Egito e de sua remissão de tributos para os templos egípcios, iniciava, sem surpresa, com uma ode laudatória de votos de “Vida! Saúde! Prosperidade!” ao faraó. O rei foi saudado como a “imagem viva de Amon” (deus supremo de Tebas) e como o “favorito de Ptah” (deus-criador de Mênfis), “cuja bondade é perfeita”. Hoje o Decreto de Mênfis é um dos artefatos mais conhecidos a sobreviver à Antiguidade, visto por milhares e milhares de turistas que se espremem em torno dele todos os anos no Museu Britânico. Nós o conhecemos como Pedra de Roseta.

Enquanto isso, à medida que o conflito com Roma se agravava, Antíoco III jogou sua última carta: como parte de um tratado de paz firmado com o Egito, ele ofereceu a filha, Cleópatra Syra, em casamento a Ptolomeu V Epifânio. A inscrição na Pedra de Roseta mostra que, no que tocava aos egípcios, o faraó de 16 anos era agora considerado rei em todos os aspectos – ele era a imagem viva de Amon e o favorito de Ptah e também a encarnação do divino Hórus. Agora, o jovem rei-deus precisava de uma rainha.

Cleópatra Syra tinha quase a mesma idade que o noivo, talvez um ou dois anos a mais. Mas essa era uma questão trivial no jogo internacional da política monárquica. Ela era (ou se esperava que fosse) fértil, geraria uma ninhada de filhos e, assim, uniria os inimigos Ptolomeus e selêucidas. O casamento precoce era o meio de otimizar a fertilidade feminina em uma sociedade com alta mortalidade infantil, mesmo entre membros da elite. Mulheres muito férteis eram uma necessidade em qualquer casa dinástica que desejasse a continuidade, e podia ser esperado das rainhas que tivessem famílias extensas. Mas havia também um problema: uma proporção significativa das mulheres férteis, inclusive rainhas, morria no parto, por isso era necessário distribuir o fardo da gravidez entre o maior número possível das mulheres férteis disponíveis. O celibato feminino permanente era quase inédito, e quase todas as mulheres se casavam, a maioria ainda jovem. As meninas no Egito, fossem

plebeias ou princesas, podiam contar com um casamento pouco depois da menarca, muitas vezes até os 17 e com certeza antes dos 25 anos. Para as meninas, o casamento não se distinguia da maturidade física. O casamento precoce tinha também a vantagem de aumentar a probabilidade de a noiva ainda ser virgem, uma evidente preocupação em sociedades em que comprovar a paternidade era tão importante.

Diante dos fatos, os presságios de um bom casamento entre Cleópatra Syra e Ptolomeu não eram favoráveis: o profético Livro de Daniel, da Bíblia hebraica,² escrito na época do noivado de Cleópatra Syra, previa guerras futuras entre os Estados, em que a questão mais premente seria a posse da lucrativa Celessíria. Daniel predizia que a guerra familiar eclodiria quando

Ele [Antíoco III] decidirá subjugar todo domínio do rei do Sul [Ptolomeu V Epifânio] e a coadunar-se com o outro, e entregará a soberana dentre as mulheres [Cleópatra Syra] em matrimônio para a destruição do reino.³

Qual o significado disso? O autor do Livro de Daniel profetizava que, ao se casar com o faraó egípcio, Cleópatra Syra estaria arruinando a casa de Ptolomeu? Que Antíoco, o Grande, obteria a vitória definitiva no final? Apenas o tempo diria.

Indiferente aos profetas e videntes, na primavera de 193 A.E.C., Cleópatra Syra, então com cerca de 17 anos, iniciava sua jornada de Antióquia-no-Orontes a Alexandria. Dirigiu-se primeiro à cidade de Ráfia, palco da derrota bélica de seu pai, onde seria celebrado o casamento. Antíoco III demonstrou afinada diplomacia na seleção de Ráfia como cenário da cerimônia – em vez de submeter Ptolomeu V a uma viagem vexatória pela Síria (território recém-tomado do reino

2 As passagens bíblicas mencionadas não correspondem diretamente às suas traduções em português, que serão indicadas em notas. (N.E.)

3 Neste caso, o autor se refere a Daniel 11:17, que descreve a aliança entre um rei do Sul e outro do Norte: “Ele terá em mente conquistar todo o seu reino: fará um pacto com ele e lhe oferecerá uma dentre suas filhas para arruiná-lo, mas isto não dará resultado e ele não conseguirá” (Bíblia de Jerusalém). O rei do Norte teria oferecido sua filha em casamento, mas o desfecho não foi o esperado. (N.E.)

ptolomaico) ou de constranger-se ele próprio viajando até Alexandria, o monarca selêucida comprometeu-se a realizar o casamento no limite entre os dois reinos.

Antíoco e a filha adentraram Ráfia com toda a pompa. A delegação egípcia se juntou a eles, encabeçada pelo jovem noivo, o rei Ptolomeu em pessoa. A tradição faraônica havia muito era testemunha de casamentos diplomáticos, dentre os quais os mais prestigiosos ocorriam quando o pai da noiva e o faraó desfrutavam de igual status, e os dois monarcas se tratavam por “irmão”. Outro tipo de aliança matrimonial ocorria quando o pai da noiva era vassalo do faraó e se referia ao rei egípcio como “meu senhor, meu deus, meu deus-sol”. No tempo do Império Egípcio, no Novo Império (c. 1570 – c. 1069 A.E.C.), quando vastos territórios ao sul e ao norte eram de domínio do faraó, os egípcios tinham vantagem no arranjo dessas alianças matrimoniais, e as noivas eram enviadas a Mênfis ou Tebas para selar os acordos, embora as noivas egípcias jamais fossem mandadas para o exterior. No que tangia ao casamento diplomático, a trajetória da noiva era de suma importância. Com o minguar das fortunas imperiais egípcias, entretanto, minguaram também suas prerrogativas no mercado dos casamentos internacionais. É história conhecida, ainda que fantasiosa, que Salomão, rei de Israel, tivesse conseguido reivindicar a mão da filha do faraó e mandado transportá-la até Jerusalém, onde ela se tornou a principal de suas numerosas esposas.

As primeiras quatro gerações de Ptolomeus tinham evitado o envolvimento nesses imbróglios diplomáticos ou por meio do casamento intrafamiliar ou buscando noivas “vassalas” interessadas, como Berenice II de Cirene, que praticamente fugiu para o Egito para ocupar a cama de Ptolomeu III. Quando Ptolomeu V e Antíoco III decidiram reconsiderar a utilidade estratégica do casamento diplomático de modo a criar uma estabilidade ostensiva na região diante das investidas romanas, os dois compreendiam muito bem a antiga hierarquia transacional dos casamentos reais.

Grandes tendas e construções improvisadas tinham sido erguidas em Ráfia a fim de acomodar os convidados e para os rituais e cerimoniais que ocorreriam ao longo da semana seguinte – casamentos reais eram por vezes eventos longos e arrastados. Os banquetes e o

entretenimento se acumulavam, e dia após dia as celebrações do matrimônio pareciam se exceder em extravagância – as comitivas reais precisavam de distração enquanto os detalhes finais do contrato nupcial eram acertados.

De sua parte, excluía das negociações políticas do evento, Cleópatra Syra dedicava atenção principalmente a seu enxoval e a embalar e despachar seus pertences pessoais, que viajariam para o Egito antes dela. Era auxiliada em tudo o que fazia por uma comitiva de damas de companhia de sua confiança, *syntrophoi*, ou “favoritas”, que Políbio sugere terem sido comuns nos lares das rainhas e princesas helenísticas. Quando uma princesa helenística como Cleópatra Syra se via enviada a terras estrangeiras na condição de noiva diplomática, era acompanhada por esse cortejo de mulheres conhecidas e de confiança. Elas ajudavam a conectar as origens familiares com o lar marital e ajudavam a habituar a princesa ao novo entorno, oferecendo-lhe um grato senso de continuidade. Algumas dessas mulheres chegavam a atuar como assessoras ou intermediárias e até mesmo como espiãs e agentes. No fim das contas, as *syntrophoi* tinham o potencial de formar uma base destacada de poder dentro da corte.

Com a iminência da cerimônia, Cleópatra Syra elegeu uma das *syntrophoi* para ser sua *nymphokomos*, ou “madrinha principal”, e lhe concedeu absoluta autoridade para organizar os adornos da noiva e seus ritos pré-nupciais. Foi a *nymphokomos* quem preparou o banho ritual de Cleópatra Syra com águas trazidas de uma nascente sagrada em um tipo de receptáculo especial chamado *loutrophoros*. A noiva assumia então o papel simbólico da deusa Hera, que, segundo a mitologia, se banhou nas fontes sagradas de Kanathos na véspera de seu casamento com Zeus. O banho nupcial também simbolizava purificação, além de fertilidade.

Nesse íterim, na tenda real, Antíoco III e Ptolomeu V participavam de outro ritual, o *engysis* (“oferta de compromisso em mãos”), em que eram tratadas as questões relativas ao dote de Cleópatra Syra e à garantia das habilidades e da pureza da moça. No contrato de dote da princesa foi incluída uma cláusula especificamente por ordem de Antíoco III: dispunha que, para seu próprio sustento e conforto, a princesa Cleópatra Syra receberia uma renda anual, subtraída dos tributos

coletados na rica Celessíria, da qual não cabia ao tesouro do Estado ptolomaico nenhuma parte. O dinheiro pago com as receitas da Celessíria pertencia a Cleópatra Syra e somente a ela. A medida, Antíoco concluía, atingiria os egípcios em seu ponto mais sensível.

O dia seguinte marcou o início da cerimônia de *gamos* (“casamento”) em si. Cleópatra Syra estava trajada com requinte nupcial. Um antigo relato da preparação da noiva Pandora, no poema *Teogonia*,⁴ de Hesíodo, fornece pistas sobre a aparência de Cleópatra Syra naquele dia. No poema, o papel de *nymphokomos* é desempenhado pela deusa Atena:

E criou já ao invés do fogo um mal aos homens:
plasmou-a da terra o ínclito Pés-tortos [Hefesto]
como virgem pudente, por desígnios do Cronida;
cingiu e adornou-a a Deusa Atena de olhos glaucos
com vestes alvas, compôs um véu laborioso
descendo-lhe da cabeça, prodígio aos olhos,
ao redor coroas de flores novas da relva
sedutoras lhe pôs na fronte Palas Atena
e ao redor da cabeça pôs uma coroa de ouro,
quem a fabricou: o ínclito Pés-tortos
lavrando-as nas mãos, agradando a Zeus pai [...]

As vestes de Cleópatra Syra ainda incluíam um véu rubro – a cor mais associada, na natureza, à maturação e à fertilidade. Era uma cor intensa, carregada de erotismo, e, uma vez que os trajes vermelhos também se associavam simbolicamente ao sangue, em particular o sangue sacrificial, a ostentação de um véu rubro pela noiva poderia ser interpretada como símbolo de seu sacrifício substituto. Na tragédia *Agamênon*, de Ésquilo, a conhecida cena em que Ifigênia se despoja de seus véus tintos de vermelho ao partir para se casar pretende evocar a imagem do sangue sacrificial da virgem. O vermelho pode também aludir à cor do sangue vertido durante o primeiro encontro sexual da noiva.

4 Hesíodo. *Teogonia*: A origem dos deuses. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2011. p. 133.

O véu nupcial só foi removido um dia depois, no momento de o noivo ver sua noiva pela primeira vez. Com os convidados reunidos (mas observando uma rígida separação por gênero) para um farto banquete matrimonial, com uma variedade de carnes, manjares, queijos, massas, bolos e doces de gergelim, a princesa foi conduzida ao centro do círculo pelo pai, que a segurava pelo pulso no gesto típico de “entrega” da noiva. Antíoco transferiu a filha ao novo marido na presença dos convidados reunidos, declarando que, “diante de testemunhas, dou-lhe esta jovem para o cultivo de descendentes”.

Cleópatra Syra foi escoltada pela madrinha principal até o meio do círculo, onde se sentou diante da lareira central, símbolo da deusa Héstia (personificação da vida doméstica), a face ainda oculta pelo véu. O rei Ptolomeu se aproximou, se ajoelhou diante dela e, em um ritual conhecido como *anakalyptēria*, o “desvelar”, ergueu com cuidado o véu e olhou brevemente para o rosto de sua nova esposa (Cleópatra Syra, como toda boa noiva, manteve os olhos baixos), antes de tornar a cobri-lo. Cleópatra Syra demonstrou – ainda que passivamente – sua aquiescência ao casamento ao participar da cerimônia de desvelamento.

Por fim, quando a noite terminou, o rei Ptolomeu conduziu a noiva à câmara nupcial (*thalamos*) preparada especialmente para os dois, decorada com cortinado cor de açafrão e um dossel específico chamado *pastos*. Foi ali, em circunstâncias mais íntimas e menos formais, que marido e mulher finalmente conseguiram olhar nos olhos um do outro. Assim que o casal em núpcias entrou no quarto, a porta foi cerrada e mantida sob vigilância enquanto os convidados cantavam o *epithalamium*,⁵ ou hino nupcial, do lado de fora, em respeito à privacidade do aposento. Se Ptolomeu V Epifânio e Cleópatra Syra consumaram sua união naquela noite não se sabe, mas se esperava que sim e se contava com isso. É um mistério o que aconteceu entre os recém-casados na privacidade do *thalamos*, mas, aos olhos atentos do mundo helenístico, e sob a vigília de Roma, os selêucidas e Ptolomeus haviam feito um anúncio público de paz e reconciliação.

5 Há uma tradução em português do termo, “epitalâmio”, mas se optou por seguir o padrão original e manter a transliteração. (N.T.)

Alguns dias mais tarde, Cleópatra Syra, rainha do Egito, despedia-se do pai. Ela não tornaria a ver Antíoco III. Com o novo marido, as poucas damas de companhia e o círculo íntimo da seletiva corte egípcia, ela subiu a bordo; os marinheiros desatracaram a embarcação e esta tomou seu rumo na curta viagem pelo mar. Cleópatra Syra fixou os olhos no horizonte – onde seu futuro a aguardava.